

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

REQUERIMENTO Nº _____ DE 2008. (Do Sr. Rodrigo Rollemberg)

Requer realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para discutir o Programa Espacial Brasileiro.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito que esta Comissão realize Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática para discutir o programa espacial brasileiro. Para tanto, requer sejam convidados o Ministro da Ciência e Tecnologia, Sr. Sérgio Rezende, da Defesa, Sr. Nelson Jobim, do Planejamento, Sr. Paulo Bernardo Silva, o Diretor-Geral da Alcântara Cyclone Space, Sr. Roberto Amaral e o Sr. Carlos Ganem, Presidente da Agência Espacial Brasileira.

JUSTIFICAÇÃO

As pesquisas espaciais no Brasil são mais antigas do que se imagina. A largada do programa espacial brasileiro foi dada em 1961, pelo então presidente Jânio Quadros. Quatro anos antes, o primeiro satélite artificial havia sido lançado ao espaço. Era o Sputnik, colocado em órbita pela União Soviética, em 4 de outubro de 1957. Três meses depois, em 31 de janeiro de 1958, foi a vez de os americanos lançarem seu primeiro satélite, o Explorer.

Em 3 de agosto de 1961, Jânio assinou um decreto criando o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (Gocnae). O órgão foi o embrião do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), inaugurado em 1971 em São José dos Campos (SP).

A aprovação, em 1979, da Missão Espacial Completa Brasileira (MECB) representou outro salto. O objetivo era ambicioso: lançar satélites brasileiros, com foguetes de construção nacional, em uma base localizada no País. O programa especificava que seriam quatro satélites, dois de coleta de dados (SCD-1 e SCD-2) e dois de sensoriamento remoto (SSR-1 e SSR-2).

Vinte anos depois, esses objetivos foram atingidos apenas parcialmente. O SCD-1 e o SCD-2 foram construídos. Lançados por um foguete americano, em 1993 e 1998, ambos ainda estão em órbita. Eles coletam dados meteorológicos, usados para fazer

previsões, enviados por cerca de 300 sensores espalhados pelo País.

O Brasil também fez e lançou, com a China, o satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS) - o nome vem de China-Brazil Earth Resources Satellite - , também em operação. É um satélite de sensoriamento remoto, que faz imagens do território nacional, usadas para mapear os recursos naturais do País.

Em 10 de fevereiro de 1994 foi criada a Agência Espacial Brasileira, órgão nacional que tem a incumbência de coordenar as atividades espaciais do Brasil.

Esse breve histórico demonstra que o país tem avançado na área da tecnologia espacial. Cito como exemplo recente, a criação do Alcântara Cyclone Space (ACS), um consórcio entre Brasil e Ucrânia para o lançamento de foguetes e satélites a partir da base de Alcântara, no Maranhão.

Porém, muito há de ser feito. A política nacional espacial deve ser tratada como de interesse de Estado e não de governo, necessitando de uma visão estratégica, alinhando-a com a produção científica para criar novas tecnologias para serem repassadas à indústria. Isto não só impulsionaria o programa espacial, como também geraria maior número de patentes para o país

O objetivo da audiência pública é discutir e determinar as principais ações e programas referentes à atividade espacial brasileira, no intuito de orientar comissões a parlamentares na apresentação de emendas orçamentárias para o exercício de 2009.

Por todas essas razões, estamos certos de contar com o apoio dos nobres pares na aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, 9 de setembro de 2008.

Deputado Rodrigo Rollemberg
PSB/DF